

Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em “periferias” de Maceió, AL¹

Fernando de Jesus Rodrigues²

Resumo: Com base em visitas a “discotecas” e em entrevistas com DJ’s, com proprietários desses empreendimentos e também com jovens socioeducandos, analiso aspectos da formação de um circuito de bailes de reggae nas periferias de Maceió, AL. Ao explorar trajetórias individuais, concentro-me nas tensões emocionais entre pessoas decorrentes de seus envolvimento em mercados ilícitos que culminam em disposições para assassinatos. Sob uma perspectiva processual, problematizo como funções mercantis e estatais formam regimes de justiça informal que regulam interesses mercantis e morais nas periferias de Alagoas.

Palavras-chave: Mercado ilícito. Cursos de agressividade. Circuito de bailes de reggae. Processo de duplo-vínculo. Periferia.

1 Este artigo é fruto de pesquisa apoiada por edital universal CNPq, edital Humanidades FAPEAL, pelo Programa PDPP/FAPEAL e por bolsas de iniciação científica PIBIC/CNPq/FAPEAL e UFAL. Sou profundamente grato a estas instituições de apoio à pesquisa.

2 Instituto de Ciências Sociais – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió – Brasil – ferssa@gmail.com

Illicit trade, ambivalences and aggressiveness: state and market conditions of a reggae dancehalls circuit in “peripheries” from Maceio, AL.

Abstract: *From visits to “discos” and interviews with DJ’s, owners of these enterprises and youngsters, I analyse aspects of how a circuit of reggae dancehalls has been built in the urban peripheries of Maceió, AL. In exploring individual trajectories, I focus on the emotional tensions between people arising their engagement in illicit markets and how they developed towards purposes for murders. From a procedural perspective, I problematize how mercantile and state functions constitute informal justice regimes that rule trade and moral interests in Alagoas’ peripheries.*

Keywords: *Illicit market. Aggressiveness drive. Dancehalls reggae circuit. Double-bond process. Periphery.*

Processos de duplo-vínculo entre empreendedores e policiais nas periferias e cursos da agressividade em mercados ilícitos em Maceió.

Neste texto, concentro-me no desenho de relações que gravitam em torno de bailes de reggae, de mercados ilícitos de drogas, bens roubados, além do comércio-bazar de armas leves em regiões urbanas, sobre as quais pesam símbolos de rebaixamento de suas reputações em Maceió, Alagoas. Com base em observações em “discotecas”, entrevistas com DJ’s e proprietários de discotecas e, ademais, com jovens internos que cumpriam medidas socioeducativas – muitos deles tendo frequentado essas diversões em algum momento de suas vidas –, pretendo representar tanto vínculos entre pessoas quanto tensões entre posições sociais “mercantis” e “estatais” em “periferias urbanas” de Maceió, Alagoas.

Coloco em foco o problema das tensões emocionais entre pessoas, decorrentes de trocas mercantis ilícitas e de tradições sociais de negociação e de canalização das agressividades manifestas nessas redes humanas. Pretendo destacar cursos de interações conflituosas entre indivíduos (Simmel, 2006; Elias, 2006; Machado da Silva, 2004) e dimensões de suas vidas, constrangidos pela polarização entre a defesa de seus valores como pessoas e divergências de avaliação do sacrifício ou da gratificação com a transação de uma mercadoria ilícita. De maneira dependente, interessa os limites sócio psíquicos das ambivalências comportamentais expressos nos esforços de delimitação de regras e de normas informais de justiça em regiões de “periferia”. Tal preocupação conta com um repertório de trabalhos com os quais indiretamente dialogo (Lima, 1997; 2001;

Sinhoretto, 2010; Misse, 2014; Telles, 2010; Marques, 2016; Hirata, 2010; Feltran, 2010a; Mallart, 2014).

Sob diferentes matizes, grande parte desses estudos problematiza como tais regimes de justiça informal ganham forma com a participação de agentes estatais, como membros da polícia, do judiciário, do sistema penitenciário, dentre outros. Tais estudos têm aberto dimensões de análise sobre como essas instituições e seus agentes contribuem para modelar padrões informais de justiça que abrangem relações entre pessoas e grupos em territórios urbanos de “periferia”, incluindo a participação de grupos organizados para práticas econômicas ilícitas com pleitos de formar tribunais informais, como as facções (Feltran, 2010a; 2010b; Alvarez, Salla, Dias, 2013; Biondi, 2010). Levando-se em conta que mais recentemente tal debate ganhou novos desdobramentos, inclusive pela maior penetração no Nordeste de facções, como o CV e o PCC com origem no Sudeste (Lourenço; Almeida, 2013; Oliveira, 2016), diferenciando focos mais detalhados sobre como tais regimes de justiça ganham vigência nos territórios urbanos de “periferias” (Feltran, 2008; Telles; Hirata, 2010; Dias, 2017; Lyra, 2013), este artigo visa a trazer evidências e reflexões sobre processos sócio históricos de formação de regimes informais de justiça atreladas a rivalidades de honra e disputas mercantis em bairros de “periferia” de uma das cidades mais pobres do Nordeste brasileiro.

Para expressar o tipo de curso de relações interpessoais que estou a tratar, trago a fala de um DJ de reggae que entrevistei e mantive interlocução. Referiu-se a um momento de sua vida, no qual comercializava armas em “consignação”, como tendo passado perto da morte. Ele intermediava armas e munições entre policiais militares de baixa patente, com quem cultivava uma sociabilidade vicinal, e assaltantes, com quem também mantinha vínculos de vizinhança, repassando parte dos ganhos para policiais, “proprietários” ilegais das armas.

Na fala, podemos observar como uma rede de pessoas interligadas por funções mercantis e vicinais, submetida a processos de criminalização e criminalização³ policial pode levar a um curso ascendente de insegurança e temores mútuos, alimentada por sensos e expressões de que a paz própria se alcança com as armas, culminando em tentativas de extermínio humano. Baseado no trecho a seguir, sinalizo um padrão de ambivalências em interações, com um curso próprio de canalização das agressividades mútuas:

3 Ver, sobre as distinções entre incriminação, criminalização e criminalização: Misse, 2007.

DJ Zinca Pedra⁴ – eu já fui um cara muito conhecido no Porto das Estrelas, [...] eu vendia muita munição. Eu era um cara que tinha um vínculo, um “convênio” com alguns militares. Na época eles vendiam. [...] Eu comprava cartela de munição, eu ganhava dinheiro com munição recarregadas, e vendia muito aos vagabundo. [...]

– [Eu vendia pro] cara que andava no crime, o cara que vende a droga, o cara que andava matando, queria munição, já vinha a minha procura por munição. Também tinha muita arma, na comissão. Tinha um cara que queria uma arma, 350 [reais]. Eu digo: óia, eu tenho [um] 38 de 450 [reais]. Daí pegava, ganhava 100 [reais] em cima. Dava 350 [reais] ao cara e ganhava o 100, minha comissão. [...]

– eu era conhecido na área pelos vagabundos. Só que tinha outras áreas dos vagabundos que sabia que eu me dava muito com os militares; aí eles [imitando um tipo de reclamação, indicando suspeita sobre ele] “ – Aí, tá vendo Zinca, é cabana⁵, está entregando o serviço da gente aí.” Só que eu me dava com os dois lados; já passei de morrer. Teve noites e noites aí que eu passei de morrer. [...]

– tinha um militar que morava na rua que eu morava, e eu sempre na casa do militar, e sempre com os caras. Os caras, você sabe como é que é? O vagabundo não gosta de polícia.

– aí [Imitando “os vagabundo:”] Zinca tá entregando nós, o cara tá dizendo que você tá entregando o serviço aí véi. Olha, tá dizendo lá pros cara que eu tô com arma. [ele passa a falar como ele próprio falava para os ‘vagabundos’] “ - Não, pô, [...] eu faço aqui, e faço lá, entendeu? Eu ando com vocês e ando lá, dos dois lados.” Passei de morrer, né? De morrer pelos vagabundos, pelos polícia não, pelos vagabundos que tavam pensando que eu tava entregando serviço. [...]

– in da passei de levar [uns] tiros por que o revólver dele “quebrou o coco⁶”, [o] do cara, dum Negão que é já falecido. [...]

Era aqueles 38 antigo, né? – [imitando o seu algoz] “ - Zinca é cagueta, rapaz. Entregando aqui a nossa fita aos “homi”, os “homi” estão batendo aqui direto.” – eu digo: “ - **Não, pô, aqui é um lugar suspeito, é periferia, a polícia tá toda hora, não estou entregando nada a ninguém.**” E ele é que, ele é

4 Nome fictício.

5 Gíria para “delator”.

6 Gíria para “falhar”.

que me comprava munição, comprava arma. Aí daí eu saí para a capotaria. (grifo meu). (Depoimento ao autor, grifos do autor)

A fala expressa um desenvolvimento de vínculos interpessoais que poderíamos tipificar como um processo de duplo vínculo⁷ de crescente polarização entre duas pessoas que canalizam uma para outra seus temores. Ademais, elas são apegadas a tradições de poder associadas ao uso de armas, decorrentes de conflitos de interesses especificados pela lógica de um mercado ilícito, culminando em ações concretas de extermínio humano.

Considerar o mercado ilícito uma lógica de interações significa aqui que porta, como um de seus elementos, a expectativa de que indivíduos ou grupos possam se valer do uso da arma, especialmente a de fogo, para resolver conflitos entre interesses econômicos, de luta por reputação e também por estabelecer alguma referência de “justiça” na resolução desses conflitos. A pulverização do acesso à arma, imagem oposta ao do exagero analítico do monopólio da violência física pelo estado, mantém relação direta com o barateamento de mercadorias e de suas contínuas entradas em circuitos ilegais e marginais de bens, por meio de roubos e contrabandos (Feltran, 2018). A arma, por si só, é um recurso ambicionado pelos que perderam o medo, alimentando lógicas-bazar particulares de circulação de bens entre os pequenos ladrões e traficantes, posições ocupadas pelos mesmos indivíduos, seja ao mesmo tempo seja em espaços-tempos diferentes.

Como na experiência anteriormente relatada, o comércio-bazar de armas em parte depende dos desvios feitos por policiais. Nesses circuitos, uma parte importante da atuação dos agentes de estado está vinculada às oportunidades de obtenção de dinheiro e outros benefícios associados ao poder de fazer impor ou não a atuação do aparato repressivo policial e condenatório judicial⁸. Relações que, tomando emprestado um termo de Milton Santos (2008), adaptando-o, definem-se em um circuito inferior de bens ilegais, conectado a dutos de acúmulo de riqueza em diferentes escalas, formando redes em um circuito superior. Inferioridade e superioridade separadas, dentre outras coisas, pelas

7 Esse modelo tem inspiração no conjunto conceitual que Norbert Elias manuseia para analisar o desenvolvimento crescente do ódio mútuo entre os jovens oficiais da classe média além de seus aliados estudantis em oposição aos grupos de trabalhadores na Alemanha durante a república de Weimar. Sob o nome de *processo de duplo vínculo* ele destaca como ambos os setores sociais buscavam alcançar seus objetivos através do uso da força militar e o curso violento resultante dessa cadeia social. (Ver Elias, 1997: 173-175).

8 Lembrar que uma parte significativa de casos de sentenças de internação de adolescentes, assim como de adultos, contam apenas como prova o testemunho de um policial.

formas de incidência de aparatos repressores, criando estratificações bem conhecidas de quem está e não está mais propenso a cair nas malhas das revistas e abordagens policiais e judiciais. São policiais de baixa patente e pequenos ladrões, atravessadores e traficantes.

Em suma, a definição da fronteira de aplicação da lei ou de imposição de ordem por agentes de estado é parte entrelaçada da reprodução dos mercados ilícitos, formando uma mesma figuração⁹. As alianças pessoais que formam as redes por onde circulam as mercadorias ilegais frequentemente expõem a mútua dependência entre agentes de estado, ladrões e traficantes de drogas como atores que buscam ganho monetário e também estabelecimento de regulações, sempre instáveis, dos dutos de riqueza e de reputação em mercados ilícitos. Como parte de incontáveis elos de tal rede, uma miríade de comerciantes e consumidores se beneficiam da entrada constante de mercadorias baratas ilegais, assegurando a reprodução da engrenagem. Parcela de jovens pobres e marginalizados, muitos enfrentando a miséria, acreditam poder ganhar mais do que o que tem pela usurpação de bens com a arma de fogo, os intermediários ganham lucros grandes com seus atravessamentos e colocação dos bens em espaços informais menos estigmatizados de consumo popular e os consumidores têm acessos a bens que, de outra forma, teriam de pagar mais caro.

Assim, expressa-se uma condição mercantil lastreada numa concentração de gradiente intermediário de uso da força física por parte de uma corporação militar, estatal, sobre um território. Seja porque parte dos membros da corporação militar se apropriam do uso da força para interesses próprios (Misse, 2008) seja porque uma parte do uso da força como forma de resolução de interesses econômicos está relativamente fora do alcance da corporação militar, como os conflitos por bocas de fumo e as “cocós”, as traições violentas entre parceiros ou colegas de trabalho ilegal para ter melhor posição ou para resolver questões de “justiça”.

O exemplo do papel de intermediador de armas desempenhado por meu interlocutor DJ entre policiais e *vagabundos*, deixa-nos ver com clareza que as redes que dão forma ao “Estado” e ao “mercado”, nas periferias, dependem das tendências de expressões emocionais que ganham forma nessas redes. As desconfianças mútuas se dão entre pessoas dentro de um mesmo bairro que precisam umas das outras, que compartilham, em determinados planos, socialidades, mas que são atravessadas por separações, como a de uma pessoa ter

9 Um conceito utilizado como alternativa é o de *ilegalismo*. Hirata (2010), baseado em Foucault, prefere a noção como uma gestão diferencial de práticas, focando a pergunta sobre o padrão de seletividades na repressão ao comércio de determinados bens e serviços.

a reputação ligada à insígnia de ser policial e outra não, ainda que se saiba que cada um possa afetar negativamente a vida do *trabalhador(a), homem e mulher de bem, do irmão cristão*, enfim, de *não estar certo*, mas cultivando o valor de disputar oportunidades na vida dentro de parâmetros de *correr pelo certo*. O *certo*, como tem insistido pesquisadores como Biondi (2018) e Marques (2016), torna-se ponto de referência para uma dispersão discursiva desdobrada por indivíduos em suas posições a dar compreensões uns para outros, em disputas argumentativas, frente às forças globais a que se sentem submetidos baseados em seus horizontes. Em muitos casos, como o que investigo, a elasticidade emocional para suportar tais argumentações se converte em dinâmicas de crescente desconfiância e polarização mútua, culminando em práticas de furor mortal.

Com frequência, encontrei eventos biográficos nos depoimentos de DJ's e jovens socioeducandos entrevistados que poderiam ser adequadamente tipificados como na descrição anterior. Ou seja, como parte de cursos interpessoais de polarização da inimizade, após o cultivo de uma amizade ou competição por admiração de uma pessoa próxima a ambos, desencadeando lutas desses indivíduos contra os vínculos de aproximação que mantinham entre si. O desfecho de tais cursos culminou na resolução violenta de conflitos de interesses ativados por temores recíprocos. O exercício de identificar os vínculos interpessoais por meio da descrição de canalizações psíquicas mutuamente vinculadas pode se mostrar útil para colocarmos o problema de como tradições de agressividade são transmitidas em redes intergeracionais, mas levando em conta as dinâmicas psíquicas individuais dos agentes.

Neste artigo, pretende-se analisar conexões entre circuitos econômicos de compra e venda de diferentes bens e serviços legais e ilegais e padrões sociais de canalização dos impulsos afetivos envolvidos em negociações mercantis. De modo particular, analisa-se interdependências interpessoais, sob a forma de conflitos de interesses e de valor da honra pessoal, e tensões entre posições do circuito de bailes de reggae e de mercados ilícitos, como o de drogas, existentes nas “periferias” de Maceió. Pretendo lançar um olhar sobre como algumas tradições de agressividade se moldaram em cursos singulares de formação de um mercado e da interdependente presença de agentes de estado, particularmente policiais, na regulação e na participação do acúmulo de riqueza em tal mercado.

Os condicionamentos mercantis e estatais de um circuito de bailes de reggae nas periferias de Maceió entre os anos 80 e anos 2000.

Para compreender uma dimensão do desenvolvimento de mercados de diversão musical-dançante em bairros populares de Maceió, valho-me da estratégia de

reconstruir a trajetória da família de um dos pioneiros das “discotecas de reggae” em Maceió, com base em depoimentos, conversas informais com participantes do circuito de bailes, além de matérias de jornais. Essa estratégia servirá de entrada para nos aproximar da dimensão da relação entre padrões de agressividade e formação de mercados informais nas periferias de Maceió.

A importância desse pioneiro, no que tange ao desenvolvimento dos bailes de reggae nas periferias de Maceió, está relacionada com a adoção do modelo maranhense da *Radiola*¹⁰, e a difusão de um estilo de música, o *melô* – um tipo de reggae com batidas eletrônicas padronizadas por DJ’s do Maranhão – entre um público emergente e jovem de Maceió, nos anos 90. Esses dois fenômenos alteraram profundamente a infraestrutura¹¹, o repertório de diversão musical-dançante nas periferias e o formato desse tipo de negócio tal como ele existia até o início dos anos 90, em Maceió. O efeito dessas novas propostas de negócios de diversão repercutiu em outra dimensão da vida nas periferias: ampliou-se o espaço livre de interação entre homens e mulheres jovens por meio de linguagens erótico-dançantes altamente sexualizadas.

Nesses espaços, as ansiedades por valor, prestígio e prazeres de homens e mulheres jovens ganharam uma padronização erótico-diversional, encontrando-se com o movimento de crescimento da renda de grupos pobres ascendentes e de uma pequena redução da desigualdade em Maceió¹².

A dimensão a ser explorada na trajetória desse pioneiro – que doravante chamaremos ficticiamente de Gran Valter – precisa levar em conta que sua família e ele próprio não nasceram empreendedores de diversão no formato de bailes. Assim, uma das estratégias adotadas é a de construir trajetórias familiares e ocupacionais (Telles, 2010) visando a apontar direções específicas de cadeias de transmissão intergeracional de símbolos (Elias, 2002) nas periferias de Maceió. Entretanto, parece ter havido¹³ uma herança de práticas transformada em um *ethos* empreendedor que, em um determinado momento de sua vida, consolidou-se como uma prática e uma carreira de empresário fortemente

10 Cujos modelo de negócio e formato de diversão foram fortemente influenciados pelo modelo jamaicano do Soundsystem e pelo modelo paraense das Aparelhagens.

11 Hernández (2008), ao formular a concepção de infraestrutura, estabelece uma tipificação de diferentes níveis que nos parece bastante útil para lidar com a nossa necessidade de especificar as condições do comércio informal em Maceió, mas que, infelizmente, não poderemos desdobrar aqui.

12 Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* em 2000: 0,6734, em 2010: 0,6378 (quanto maior, mais desigual). Fonte: Tabnet, Data SUS. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginial.def>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

13 Com base em informações que pude obter de alguns de seus familiares, e em conversas informais com pessoas do circuito de bailes.

ancorada no divertimento musical-dançante. O curso de escolhas, no entanto, foi acidentado, repleto de conflitos, de tomadas de posições abruptas, repercutindo em guinadas drásticas que parece útil como acesso a estruturas sociais das emoções e de códigos de resolução de conflitos enoveladas aos negócios econômicos em uma “periferia”. A identificação de algumas das interdependências formadoras desse percurso pode nos levar a movimentos de múltiplos indivíduos, numa escala de redes de funções sociais, dando-nos a oportunidade de problematizar o desenvolvimento do padrão das emoções nessas redes humanas e particularmente, aquelas diferenciadas em funções mercantis. Fazemos um esforço para observar o movimento intergeracional de ocupações profissionais no interior da família de Gran-Valter, tomando-o como referência.

A mãe de Gran Valter¹⁴ começou sua vida ocupacional como lavradora de subsistência, em roça, trabalhando com pais e 20 irmãos, nos arredores de Viçosa, interior de Alagoas. Segundo me narrou, foi criada como mulher trabalhadora, e não como dona de casa, o que significa dizer que foi formada para se dispor às atividades manuais, como plantar, capinar e cevar. Aos 14 anos, casa-se pela primeira vez, expressando um tipo de troca familiar muito regular entre a população do interior rural de Alagoas, e do Brasil. Teve dois filhos dessa relação, interrompida aos 17 anos devido ao marido ter abandonado a família. Este, tendo tido um caso com uma mulher casada na vila onde moravam, foi surpreendido pelo marido desta, que, por sua vez, tentou assassinar os dois amantes. O pai biológico de Gran-Valter e sua amante viram-se obrigados a fugir juntos, sem que tivessem planejado tal intento. Sozinha, desgostosa, atrai-se por um caixeiro-viajante da região, tempos depois. De acordo com seu relato, “queria um namorado” e “já tava de olho no cara”, e o amor foi recíproco. Tal relação lhe custaria enormes sofrimentos se fosse vivida em Viçosa. “E o medo de cair no mói de pancada?” Planejaram, então, ficar juntos, fugindo para Maceió. Ela veio primeiro, com os dois filhos, indo morar nos arredores da Alto da Siriguela, o bairro mencionado anteriormente. Em seguida, chega o seu novo companheiro, com quem viveu 13 anos, até que ele falecesse.

Em Maceió, com um mercado ocupacional muito distinto daquele da zona rural de Viçosa, deslocou-se para a posição de “empregada doméstica em casa de família”, vendo-se pressionada a aprender atividades mais delicadas que as de lavradora, como passar roupa com ferro, cuidar de crianças e arrumar a casa mais detalhadamente. O marido, em Maceió, tornou-se pescador e comerciante de peixe, deixando a enxada e a lavoura.

14 Com quem tive a valiosa oportunidade de entrevistar.

A mãe de Gran-Valter trabalhou 25 anos em uma casa chefiada por um membro da alta patente da Polícia Militar. Dividiu com o marido a liderança das atividades remuneradas para ela e seus filhos. Após decidir deixar a posição de empregada doméstica, cansada do serviço, quando seu marido já havia falecido, montou um mercadinho em sua casa. Aqui está uma das referências de empreendimento familiar as quais Gran-Valter esteve submetido. Ademais, a mãe de Gran-Valter experimentou um “adoecimento espiritual”, descobrindo uma disposição mediúnic, tornando-se uma liderança de prestação de serviços de cura espiritual, sob a expressão da umbanda. Note-se o deslocamento ocupacional da mãe de Gran-Valter: lavradora de subsistência, empregada doméstica, pequena comerciante, mãe-de-santo, algo que lhe valia uma posição de liderança na família e no bairro.

Os rumores sobre a vida de Gran-Valter são muito numerosos e controversos. No entanto, a maior parte dos interlocutores destacou a sua importância para o cenário da música-reggae e dos bailes de reggae, como sendo inovador e empreendedor. Ele teria começado a sua carreira ocupacional como “pãozeiro”, o rapaz que vende e entrega pães de porta em porta, com um carrinho, pelas ruas.

Em um determinado momento, teria comercializado vale-transporte que, durante os anos 70, 80 e 90, tornou-se verdadeira moeda alternativa entre estudantes, trabalhadores e grupos de baixa renda, fazendo parte de um elo desse mercado monetário informal como atravessador. Fruto das pressões para barateamento dos custos de transportes públicos, o mercado de vales de transportes só foi possível pela crescente participação de instituições estatais como garantidoras do recebimento de um título, vertido funcionalmente em moeda informal, entrelaçada às necessidades de trabalhadores e estudantes das classes médias e das “periferias” nas grandes cidades brasileiras entre os anos 80 e o início dos anos 2000¹⁵. Gran-Valter teria crescido tanto no ramo que chegou ao ponto de ter subempregados informais, em diferentes partes da cidade, negociando os vales. Comprou terrenos vizinhos da casa de sua mãe para abrir um negócio. Com o pai falecido, ele propõe a criação de um pequeno cabaré.

Entretanto, a tensão entre Gran-Valter e sua mãe elevou-se agudamente, terminando por ela impor o fechamento do “cabaré”, de acordo com depoimentos de familiares com quem conversei. Ele, em contrapartida, propõe a criação de uma discoteca. A mãe aquiesce. Assim, em um pequeno recinto, parte da casa em que moravam e que tinham expandido com recursos advindos de negócios

15 Quando são introduzidas as catracas eletrônicas, com vistas a pressionar o fim do uso informal dos vales como moedas.

informais, quicá ilegais, monta uma pequena discoteca na qual passa a tocar reggae como uma música dançante¹⁶.

O espaço era pequeno. Era uma novidade no bairro. Foi-me relatado como precário, com descrições de lembranças do divertimento em noites de chuva, com casa cheia, pessoas apertadas no espaço, sendo molhadas por goteiras e por duchas d'água formadas por buracos no teto. Nem por isso o negócio declinou. Ao contrário: junto com o público, cresceu. A música atraiu pessoas amantes do reggae jamaicano e descobriram ali uma nova variação dele, o “melô” maranhense. Eram do bairro, de fora dele e de cidades do interior de Alagoas. Junto com a discoteca, veio a oportunidade de comércio de maconha, parte dela vinda de regiões do Nordeste, desde a fronteira entre os sertões de Alagoas e Pernambuco. O público poderia ser situado como de renda média-baixa e baixa, que não tinham espaços para divertimento noturno dançante com aquele estilo musical, cada vez mais divulgado entre adultos e jovens de “periferias” em rádios e televisões. Durante os anos 90, a discoteca de Gran-Valter cresceu, com a aquisição de terrenos vizinhos e reformas, tornando-se a principal discoteca no formato de *Radiola*, com paredões de som e música reggae do Maranhão, para se dançar sozinho ou a dois. Aos poucos, juntou-se a outros fenômenos de divertimento que ia deslocando o antigo formato do clube social, uma adaptação das *boites* de classe média, mais para casais que para solteiros do bairro.

Assim, tornou-se um polo de concentração de homens e mulheres jovens e adultos, oriundos de diferentes bairros de Maceió, tornando-se um centro de gravitação de pessoas que ultrapassava os planos de ligações da vizinhança e do bairro, tornando-se um negócio de diversão de média proporção sem rival.

Isso me levou ao problema de como se forma um mercado de bens e serviços de diversão dançante entre uma população de diferentes regiões urbanas que concentra pessoas das mais baixas rendas monetárias, mas também de grupos que ganham renda em atividades ilegais. Simultaneamente, pergunto como um padrão de símbolos e valores estruturam um direcionamento de sacrifícios para o divertimento que está na base desse mercado de serviços.

A subdelegacia de polícia em Maceió: regulação de mercados e as fronteiras entre o informal e o ilegal

O desenvolvimento de um empreendimento de divertimento musical-dançante costuma enfrentar alguns adversários para seu desenvolvimento: o poder

16 Observei a mesma lógica de improviso em memórias de danceterias pioneiras em bairros de Belém, como o Guamá e o Jurunas.

público, por meio de agentes estatais, especialmente os da administração municipal e da polícia, e os moradores da vizinhança que querem dormir em paz e afastar pessoas estranhas da vizinhança, incluindo possíveis ladrões e arruaceiros. De outro ângulo, entretanto, esses mesmos tipos de pessoas fazem parte das condições potenciais de favorecimento de um empreendimento nesses lugares. A padronização social de normas sobre o que é certo fazer é restrita, ancorada em redes de interdependências geradoras de elevadas tensões sociais. Elas vêm de expectativas de sucesso e lucro do empreendedor mas também de receios de combates ao negócio por vizinhos e adversários, que se valem de contatos com agentes fiscalizadores do estado, denunciam furtos de energia, limitações sanitárias e de segurança, visando a refrear o sucesso do negócio alheio. É sob um tal tipo de tensão que um empreendedor se relaciona para desenvolver um pequeno ou médio empreendimento, entrelaçado por informalidades e formalidades, definidas em combates para moldar reputações, nas fofocas da vizinhança, mas também nas disposições para agenciar instituições estatais e intervir, de alguma forma, no conflito. Em torno de tais conflitos gravitam ocupações remuneradas por dinheiro, prestígio e respeito para outros e para o próprio empreendedor. As interdependências entre Gran-Valter e ambulantes que gravitavam em torno de seu negócio era uma dimensão de alianças mercantis em torno do baile.

Em outra dimensão, o relacionamento com a polícia pode assumir a forma de uma negociação informal ou ilícita, como as estratégias de Gran-Valter e sua família para obter o favorecimento de policiais contra o esforço de moradores para impedir o negócio, o barulho e a vinda de estranhos. As relações de conflito entre empreendedor, moradores e polícia tendeu a ganhar diferentes formas de resolução na principal instituição estatal de “mediação” nas periferias de Maceió a partir dos anos 70: a subdelegacia de polícia.

Na formação de muitos bairros de Maceió, a subdelegacia tornou-se um centro de catalisação de insatisfações de moradores quando uma tensão não consegue ser solucionada pelos próprios moradores¹⁷. E essas tensões costumam expor uma situação não muito aparente nas visões de mundo disseminadas pelos empreendimentos jornalísticos locais e também por universitários e agentes do judiciário: a luta dos moradores entre si para obter apoio da polícia se cruzam com uma dinâmica de alianças dentro da própria polícia, a partir

17 Machado da Silva (2015) chama a atenção para como uma linguagem de direitos, difundida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, contribuiu para uma aceitação da autoridade da polícia contra o banditismo e em oposição às contravenções morais em favelas do Rio de Janeiro.

de delegacias e guarnições que ficam responsáveis por determinado território urbano e sua população.

Em outros termos, não seria razoável pensar a polícia como um monobloco de corrupção ou de salvação contra a “criminalidade”. Entre os próprios moradores a posição da polícia é avaliada com base em diferentes perspectivas e que formam diferentes coalizões de visões e disposições em relação aos policiais e guarnições de seu bairro, algo que Marques (2016) destacou em seu contexto etnográfico. O senso ou sentidos de justiça andam entrelaçados com a multiplicidade de posições morais acerca do papel do ladrão, do traficante, do policial, em relação às outras diversas posições que os moradores ocupam, baseados no reconhecimento delas, como trabalhador, crente ou pessoa pública querida no bairro.

Uma das grandes deficiências de nosso conhecimento atual sobre as dinâmicas sociais nas “periferias urbanas” se refere à falta de conhecimento histórico, em escala nacional, sobre as alianças de membros da polícia, em diferentes níveis, com os moradores dessas regiões sociais. Talvez ficasse mais fácil entender a estrutura de poder, a distribuição e a lógica do uso da violência nessas áreas e como, concretamente, a corporação policial se enovela ao curso de formação de mercados de bens e serviços e de padrões de resolução de conflitos entre populações dependentes desses mercados. Em alguns casos, são histórias de desenvolvimento que têm mais de um século nos territórios que hoje formam mercados de bens e serviços de periferias urbanas brasileiras, e que se valem de “serviços de proteção e ataque” armado nas lógicas concorrenciais mercantis nesses territórios, afetando a feição das configurações citadinas de maneira mais ampla. Em outros, entretanto, a intensificação dos gradientes de estatização policial é muito recente, tendo não mais que quatro décadas, repercutindo na feição do tipo de mercado e de estado que tais figurações humanas formam. Misse abriu novas dimensões de análise com a concepção de mercadorias políticas (Misse, 2010), há mais ou menos trinta anos, mostrando a estreita conexão entre as dinâmicas do lícito e do ilícito nos mercados de proteção, entre a polícia, bicheiros e traficantes no Rio de Janeiro. Em outra frente, estudos como o de Telles e Hirata (2010) destacaram a importância da singularidade das ligações entre policiais, comerciantes e ladrões na gestão da ordem nas periferias paulistas (Hirata, 2010). Em ambas as cidades, estamos falando de instituições policiais centenárias e cidades que conheceram intensos processos de migração populacional, entre cidades e do campo para a cidade ainda em fins do Século XIX, e também em meados dos anos 50. No caso de Maceió, falamos de uma presença policial que apenas se esboça como corporação a partir de fins dos

anos 1970 do Século XX, compondo um processo histórico social de figuração da ordem que encontra uma intensa migração campo-cidade para Maceió apenas entre a metade final dos anos 90 do Século XX e os anos iniciais do Século XXI. Ainda está por fazer uma pesquisa comparativa entre desenvolvimentos históricos e das mútuas ligações entre os processos de estatização policial e da mercantilização das periferias urbanas entre os diferentes estados brasileiros, incluindo-se a região Nordeste como um dos polos de comparação relevante.

Um dos movimentos sociais que marca o desenvolvimento e o crescimento da discoteca de Gran-Valter é a direção da figuração entre setores de moradores, Gran-Valter-e-família e membros da polícia em torno da disputa para fechar ou manter o funcionamento da discoteca. Uma parte dessa disputa deu-se em torno da delegacia e não foi por meio de violência armada. Nesse âmbito, a batalha foi travada por meio de abaixo-assinados. Segundo o relato da irmã de Gran-Valter, a disputa com moradores que queriam ver a discoteca fechada redundou no fato de ambos os lados terem buscado apoio entre moradores para assinar seus respectivos abaixo-assinados e leva-los à subdelegacia, como uma forma de convencer o subdelegado (também policial) e policiais a intercederem a favor de cada parte. Ambos os lados pressionavam com reclamações, acusações e defesas de seus posicionamentos. Ademais, mobilizavam pessoas para se fazerem presentes na frente da subdelegacia visando a exercer pressão para ter o apoio da polícia, levando-as, inclusive, em “kombis” patrocinadas por Gran-Valter. De seu lado, estavam trabalhadores ambulantes, parentes que moravam na vizinhança, locatários e aliados que, de alguma maneira, dependiam da influência de Gran-Valter e sua família no bairro. De outro, menos mobilizados, moradores insatisfeitos com os bailes nos fins de semana, em um período no qual a discoteca havia alcançado um retumbante sucesso, provocando o fechamento da rua, repleta de pessoas durante as horas de seu funcionamento. Nesse campo de disputa, com o prosseguimento da discoteca, o grupo social liderado por Gran-Valter parece ter vencido. Mas o destino da discoteca não teria dependido apenas das lutas de reclamações, defesas e abaixo-assinados diante da delegacia.

O crescimento da discoteca como um negócio dependia das ligações propriamente mercantis de Gran-Valter com policiais e concorrentes em outras áreas econômicas nas quais se envolveu como um farejador de lucros. Aqui, as ligações com membros da polícia não se deram abertamente em delegacias, numa batalha de manifestações. Deu-se no terreno dos negócios informais e ilegais. As evidências sobre as ligações de Gran-Valter expressando esse tipo de interdependência social são menos precisas, mas bastante fortes. Há inúmeros

rumores de que tenha se envolvido com atividades do tráfico de drogas¹⁸, aquisição de imóveis no bairro como forma de lavagem de dinheiro, e até mesmo envolvimento com grupos de extermínio com o intuito de expulsar assaltantes e ladrões que perturbavam a paz de residentes e comerciantes. Tanto a mãe de Gran-Valter quanto o próprio falaram sobre o fato de ele ter sido obrigado e sair de Maceió e ir para outro estado, numa espécie de exílio, devido a uma tentativa de assassinato. Sofreu uma emboscada, levou tiros, mas sobreviveu. Tal tentativa estava relacionada com alguns de seus negócios e foi mencionada como uma traição de alguém da polícia próximo dele. A partir de então, Gran-Valter deixou Maceió e foi para outro estado. Mostrando uma determinação incomum, tornou-se proprietário de um dos maiores empreendimentos de diversão musical-dançante ambulante nesse estado.

A trajetória de um empreendedor como Gran-Valter, que atua na fronteira do ilícito, do informal e do lícito não é isolada, apesar de seu sucesso ser menos comum. Dá-nos a chance de chamar a atenção para o problema da mudança dos gradientes e dos próprios quadros de avaliação da formalização dos comportamentos econômicos e também nas buscas por justiça nas periferias, um aspecto da formação de mercados de bens e serviços. Tal padrão social de modelagem das emoções parece estar parcialmente relacionado com as tensões de complementaridades e de conflitos entre policiais, agentes econômicos informais e ilícitos por meio de funções sócio-afetivas que entrelaçam serviços de ataque e proteção e mercados de bens e serviços não-bélicos. De outra maneira, a corporação policial, como o exército, tem e teve uma importante função de abrir portas de ascensão socioeconômica e de *status* para grupos oriundos de famílias negro-mestiças de baixa renda das periferias. As redes familiares e de vizinhança que se estabelecem entre policiais e moradores tornaram-se pontos de vínculos a partir dos quais se ramificaram diferentes negócios ilícitos de

18 É relevante chamar a atenção para as evidências de que os sertões alagoanos fazem parte da rota do tráfico de maconha desde os anos 50. Justamente pela rarefação ou ausência policial, as estradas e rodovias que passam por cidades do sertão pernambucano e do estado de Alagoas tornaram-se preferenciais para o tráfego da maconha produzida nos sertões de Pernambuco e de Alagoas, atendendo demandas das cidades mais ao sul, do país, e de Recife. Essa rota – passando por cidades como Orocó, Cabrobó, Floresta, Inajá em Pernambuco e Mata Grande, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Arapiraca, em Alagoas – foram utilizadas durante toda a segunda metade do Século XX, até os dias de hoje, para o tráfico da maconha, tendo como um dos principais eixos de distribuição Arapiraca, tanto para as capitais ao norte como ao sul, no Brasil. Ainda de acordo com Pacífico (1995: 30), um alagoano dessa região, Coronel Sabino, nos anos 50, teria sido um dos responsáveis pela popularização da maconha no Rio de Janeiro e em São Paulo e de acordo com dados de jornais que coletei sofreram a ação repressora da polícia federal nos anos 60.

mercadorias políticas fornecidas por policiais, em diferentes níveis na corporação.

O caso de Gran-Valter é apenas um, dentre muitos, de interdependências entre policiais e empreendedores nas periferias de Maceió, que resultam em formas de complementaridades e de conflitos econômicos altamente instáveis, com reduzidas padronizações sociais de convivência e “suportamento” de tensões numa direção de diálogo e de expectativas de alteração dos ódios alimentados nas dinâmicas cotidianas de avaliação do valor humano e dos conflitos de interesses. Os sentidos de justiça e de compromissos profissionais estão lastreados em estruturas emocionais muito dependentes tanto de referências a afeições e repulsas familiares quanto de um tipo de economia de prestígio vicinal, em que o dar e receber bens e serviços se vinculam globalmente a sentidos de confiança e de sacrifício altamente pessoalizados. Daí derivam expectativas de justiça e de proteção social altamente dependentes das oscilações emocionais, de ansiedade, de frustração e de gratificação interpessoais que concentram muitas funções das quais mercados dependem para funcionar.

Uma mesma rede de pessoas pode concentrar tais funções humanas, criando um tipo de rigidez no pertencimento social que bloqueia a possibilidade de serem formadas simpatias e expectativas de justiça fora dos limites dos vínculos familiares e vicinais recebidos das gerações anteriores. Os policiais, como membros de uma corporação que, sob vários aspectos, tem formado uma rede humana que parece ser menos instável em relação aos inícios da corporação no Século XX e em relação a grupos banditistas, e que desempenha funções de buscar a justiça e a proteção social para seus membros, para além de redes familiares e de vizinhança, também estão enramados a padrões de identidade social baseados no parentesco e nas lógicas vicinais em muitas periferias. As ansiedades desencadeadas por sensações de medo do outro sob a prevalência desse tipo de acervo social de imagens grupais são direcionadas simbólica e praticamente para a definição do inimigo, contrabalançada pelo aumento de disposição para fazer valer as alianças sociais com as quais um grupo ou uma pessoa pode contar. Sob circunstâncias extremas, a polarização simbólica e afecional entre os inimigos e os amigos aumentam e as imagens-de-nós mais estáveis disponíveis em uma rede humana definem os direcionamentos potenciais de busca por justiça e valor humano. Assim, as ansiedades e impulsos de ação são canalizadas em duas direções simultâneas, opostas e complementares. Os compromissos e alianças fragilizados são desfeitos, seguem-se mútuas ações, mesmo que desiguais, de depreciação do valor humano, desfazendo qualquer camada simbólica anteriormente existente de afeição e respeito entre os indivíduos. Acirram-se as

paixões canalizadas pelos ideais de amizade e inimizade que, quando enoveladas a tradições bélicas de resolução de conflitos e de acesso a armas, culminam em cursos sociais de extermínio humano¹⁹.

Relações de familiaridade e de vizinhança mostram-se uma das principais regiões sociais onde se pode encontrar comportas abertas por onde deságuam pressões por buscas de oportunidades econômicas, de diferentes tipos. Não raro essas alianças se desfazem, redundando, também não raras vezes em quebras de compromissos interpessoais, emboscadas e troca de tiros, com mortes de policiais, mas também, em quantidades muito maiores, de ladrões e negociantes ilegais, incluindo policiais fora do serviço.

Gran-Valter falou-me, na única conversa informal em que tive oportunidade de ter com ele, em mistura de boas lembranças e alguma decepção, que tinha uma ligação próxima com policiais, que tinha cansado de oferecer caixas de cerveja no Natal, e em outras festas, nas subdelegacias. Era tido por setores do bairro e do circuito de bailes de reggae como pessoa querida, também avaliado como “carismático”. Ajudava pessoas que buscavam algum tipo de auxílio, em determinadas circunstâncias. Seu “conhecimento” com membros da polícia era, certamente, um ponto de ancoragem de seu prestígio e do temor que

19 Lembro-me de um homicídio que um jovem socioeducando relatou ter perpetrado, o qual expressa com nitidez o curso de tensões emocionais com direcionamentos da agressividade e da ansiedade para o extermínio humano.

O jovem era um migrante alagoano no Mato Grosso, exercendo a função de servente de pedreiro em uma obra. Era subordinado a um homem que tinha gostado de seu trabalho como pedreiro e de sua disposição para aprender o ofício. Relatou-me visitas mútuas entre suas famílias. A demora de pagar uma dívida do jovem com seu chefe parece ter sido o início de um curso de desconfianças mútuas. Pediu tempo para pagar, pois estaria sem dinheiro. O credor ficou impaciente após um tempo e passou a lhe cobrar reiteradamente a dívida. A cobrança deteriorou a afeição mútua, mas mantiveram-se trabalhando juntos. Em um momento de dificuldade da família do credor, relatou-me um episódio em que ligou para sua mulher para fazer comida para a esposa e filhos do credor, pois estavam sem comida em casa. Havia ainda algum liame de respeito e compaixão, ainda que abalado. Posteriormente, no trabalho, o jovem reivindicou um débito ao seu antigo credor, pois este não teria pago o seu salário de acordo. Nessa situação, houve desfeitas mútuas, tendo falado o antigo credor, e agora acusado de ser devedor, segundo o relato do jovem, que se ele não fosse moleque que ele lhe daria uns tiros. As ameaças irromperam todos os liames de honra e respeito interpessoal que o jovem tinha por seu colega de trabalho. Ainda mais acentuada foi a virada em seu interruptor psíquico, ligando os seus instintos mais elementares de honra e sobrevivência. Me relatou: “Esse cara vai me matar, esse cara vai me matar, o que esse cara fez não se faz com um cabra-homi?”. Os medos e o orgulho ferido irromperam torrencialmente e desaguaram com uma agressividade de ódio e determinação em exterminar a pessoa que se tornou um adversário mortal. Qualquer camada de símbolos de afeição e respeito pelo seu colega, guardado na memória ou o envolvimento com qualquer crença em um princípio legal mais impessoal não seria mais capaz de conter e cobrir a força da polarização interpessoal que os ligavam. Os vínculos haviam se transformado após um curso de interações, assumindo a forma de batalha na qual estava em jogo a sua sobrevivência e a sua honra, indissociavelmente frente ao inimigo (Ver, nesse sentido, Santos, 2003: 55). Foi em casa, pegou uma faca, voltou ao serviço e foi pra cima do seu antípoda mortal. Desferiu facadas, assassinando-o.

muitos tinham dele no bairro e no circuito de bailes. De acordo com conversas informais com diferentes pessoas que, de um modo ou de outro, participavam do circuito de discotecas, o seu enriquecimento aumentou as pressões policiais para terem participação em seus lucros, aumentando crescentemente as ações de extorsão e a instabilidade emocional que formavam essas interdependências. De outro lado, ele próprio buscava interferir em ações de “justiçamento” perpetrado por policiais, a favor dos “seus”, criando instabilidades na referência à autoridade para que a “justiça” fosse implementada por policiais dirigidos por um influente subdelegado. Ademais, Gran-Valter teria se tornado um mal pagador em muitos negócios e, assim, enriquecido ilicitamente. Em um determinado momento, ele teria se negado a pagar as extorsões e serviços ilegais de proteção aos policiais. Esta recusa desencadeou desentendimentos e um curso de tensões crescentes entre eles. Ele próprio me relatou que os policiais ameaçaram enquadrá-lo e ele, com destemor, teria “batido boca”, retrucando que se era necessário limpar as pessoas sujas, seria necessário começar a passar água sanitária ali mesmo onde eles estavam, pois não tinha lugar mais sujo. Sua fala é um forte sintoma da autoconfiança e orgulho próprio que Gran-Valter nutria por si mesmo, e também de um tipo de polarização interpessoal de ódio e desrespeito sem mais volta, ancorada em concepções de justiça altamente pessoais. Redundou em um conflito extremo com membros da polícia que, não raro, tendem a se sentir igualmente superiores nos territórios das periferias onde exercem entrelaçadamente funções de vigilância, de investigação e de justiça sumária, padronizadas a partir da expansão do poder de polícia sob o formato das subdelegacias. O cume dessa medição de forças e de polarização de tensões emocionais numa direção de rivalidade de inimigos mortais foi a tentativa de assassinato de Gran-Valter. Esse curso de relações nos abre uma dimensão para pôr em questão a importância de relações mais abrangentes entre a polícia alagoana e a formação de conflitos entre interesses econômicos associados ao surgimento de empreendimentos em periferias de Maceió na segunda metade do Século XX.

Informalização urbana, comércio e controle territorial das periferias pela polícia militar de Alagoas

O grande surto de informalização da economia urbana que Maceió conheceu a partir dos anos 90 (Carvalho, 2008), e reformas estatais no âmbito estadual de caráter neoliberal culminou com uma intervenção federal para conter rebeliões de militares no estado (Vasconcellos, 2008). Também expressou um

aumento da demanda por recursos de justiça socialmente existentes, sustentados em uma figuração altamente centrífuga da distribuição do uso de armas.

Proponho que observemos o processo de desenvolvimento de Alagoas como unidade federativa com base no foco na distribuição do poder das armas após os anos 40, quando se dá tentativas mais organizadas do governo federal, durante o estado novo, de “desarmar” as pessoas e os conflitos em Alagoas. Posiciono a polícia militar em uma balança de poder dentro dos limites da rede social que forma o estado federado como unidade de sobrevivência social. A corporação gravitou entre dois principais polos: servir às lideranças político-econômicas do estado, de um lado, e às lideranças da própria corporação com interesses em aumentar as fidelidades internas baseadas no reforço da hierarquia institucional, de outro. A tendência de desenvolvimento em uma direção ou outra conheceu períodos de forte ambivalência desde então, conhecendo a corporação períodos nos quais a pressão pendia mais fortemente para um lado, e em outros, fortemente para uma direção oposta. Entre os anos 70 e 80, durante a ditadura, a estrutura social de poder armado pendeu claramente para um reforço da polícia militar alagoana como corporação e seus líderes como parte de uma hierarquia institucional. Em meados dos anos 70, com o esboço de uma academia de polícia, a instituição iniciou uma nova etapa no processo em curso de formalização hierárquica das relações entre os membros da alta e da baixa patente, e com ela, uma maior padronização dos códigos comportamentais dos usos da força por meio da arma de fogo, ampliando a capacidade de formar o próprio contingente, e aumentando o poder de lideranças da própria corporação. Nesse curso, diferenciou-se a capacidade técnico-operacional da polícia em bairros populares, reduzindo a subordinação de agentes policiais a poderes diretamente políticos, por meio da extinção da Delegacia de Ordem Política e Social, Investigações e Captura (DOPSIC), com fortes heranças das diretrizes das polícias da Era Vargas, especificando as atribuições da antiga instituição, em 1964, entre a Delegacia de Roubos, Furtos, Investigações e Capturas (DRFIC) e a Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (Costa, 2013: 76).

Em outra direção, no entanto, no período pós-ditadura militar, a redução da participação dos poderes federais, especialmente do exército, sobre a organização da polícia militar alagoana, redundou numa pressão para a redução relativa do papel da corporação, como polo de gravitação das fidelidades, aumentando as pressões de grupos político-econômicos para recrutar serviços de segurança de policiais e seus aliados. O colapso orçamentário do estado, gestado desde meados dos anos 80, contribuiu para o aumento da liberdade das forças centrífugas, período no qual floresceu o que se convencionou chamar de “gangue

fardada”. Esse fato parece esconder um fenômeno mais abrangente na figuração dos grupos de poder no Estado de Alagoas e da polícia, em particular. Diferentes setores policiais tiveram um protagonismo, como pude observar em diferentes relatos, na criação e condução dos mais diversos tipos de empreendimentos em territórios urbanos nos quais as forças policiais concentravam maior poder de legitimidade de impor suas decisões e critérios de justiça informal sobre territórios urbanos “populares” em expansão. Uma das formas mais importantes de gestão territorial e de conformação de regimes de justiça se deu em torno das subdelegacias, geralmente comandadas por um policial de baixa patente, especialmente os cabos, estrato da corporação que historicamente forneceu lideranças militares, políticas e assistenciais para o que viria a se tornar as periferias de Maceió.

O crescimento de novas zonas urbanas de moradia de grupos pobres e intermediários durante os anos 60 e 70 foi marcada por um movimento de crescimento do contingente policial, recrutado entre grupos pobres, e por um aumento relativo de concentração – sem jamais ter se tornado um monopólio – do uso da arma de fogo por membros da corporação, ocorrida quase que estritamente direcionada pelo processo de formalização da conduta policial delimitada pela obediência hierárquica cultivada nos quartéis e na Academia de polícia, estando pouco sujeita à ordem jurídico-civil como um marco de regulamentação do uso das armas. Assim, o desenvolvimento das lógicas de comércio e da justiça nas “periferias” foram altamente dependentes das fronteiras demarcadas por alianças de policiais que estabeleceram suas moradias nesses territórios, contribuindo para a formação de fronteiras altamente instáveis entre o lícito e o ilícito. O desenvolvimento dessas relações constituiu uma dimensão da estrutura de distribuição da força armada para garantir segurança a empreendimentos que passavam a formar complexas cadeias que poderíamos nomear como um mercado informal, tornando o recurso às armas um poder desigualmente distribuído. Assim, a arma e a disposição para seu uso em nome da proteção de interesses mercantis tornaram-se bens intercambiáveis por dinheiro e outros bens.

Assim, a ascensão social de grupos em bairros populares por atividades mercantis, em Maceió, esteve relacionada tanto à expansão de uma lógica informal urbana quanto à concentração relativa do poder armado e de impor justiça pela corporação policial em bairros populares, formando espaços submetidos a “regimes instáveis de justiça” onde floresceu empreendimentos mercantis, negociando-se as fronteiras de justiça e merecimento entre pessoas, os limites entre

legalidade e da ilegalidade diante da potencial recorrência a policiais, subdelegacias e tribunais.

Tomei como fio condutor de compreensão desta mudança o perfil dos deslocamentos ocupacionais no interior da família de um dos fundadores de uma discoteca de reggae considerada como uma das pioneiras por muitos DJ's com quem conversei. Ele nasceu filho de lavradora, posteriormente empregada doméstica, tendo trabalhado para uma mesma família durante décadas. Essa família tinha como chefe, detalhe importante, um indivíduo posicionado entre os membros da alta patente da Polícia Militar de Alagoas. A proximidade com membros da polícia desses agentes pioneiros das discotecas de reggae em Maceió aponta-nos para uma possível regularidade, as interdependências de complementaridades e conflitos entre empreendedores urbanos e membros da polícia militar na constituição de negócios nas periferias. E que esses negócios estão enovelados a um padrão social de canalização das agressividades altamente dependente das redes de distribuição de armas leves, uma parte delas dominada por policiais, como fica claro em depoimentos obtidos por socioeducandos e também da pesquisa de Santos (2003: 31).

A estrutura de distribuição do poder da arma de fogo e da potencial violência perpetrada por ela é altamente descentralizada em Maceió e Alagoas, formando uma figuração de níveis elevados de centrifugação do uso da arma de fogo em relação ao poder das autoridades estatais. A pergunta que dificilmente podemos escapar de fazer quando nos aproximamos da caracterização de um empreendimento capitalista, sob essas circunstâncias, é: quais as estruturas sociais e de personalidade possibilitaram a acumulação de algum capital e que permitiram o investimento e a formação de um negócio como as discotecas e bailes nesses bairros?

As lógicas de vizinhanças nesses bairros populares foram altamente dependentes da concentração de terra nas mãos de proprietários que criaram lotes, ou tiveram suas propriedades invadidas por grupos que também criaram lotes, ambos com interesses de mercadores imobiliários direcionados para demandas de grupos migrantes ocupantes de camadas sociais de baixa renda. À medida em que a economia canavieira declinou, muitos terrenos próximos à Maceió se destinaram à especulação imobiliária, com subsídios estatais, direcionada para um público de baixa renda, que migrou intensamente dos interiores de Alagoas para a capital. Davis (2006) chama a atenção para essa tendência no mundo latino-americano, ou seja, da instrumentalização de recursos estatais por setores empresariais e políticos para subsidiar invasões urbanas e, ainda, estabelecer pedágios também políticos e econômicos.

Para termos uma ideia do crescimento da demanda por moradia urbana e por ocupações mercantis entre populações pobres de Maceió, enquanto a população de todo o estado de Alagoas cresceu menos de três vezes, apenas a população de Maceió cresceu quase quatro vezes entre 1960 e 2009 (PME-Maceió, 2012: 30; Carvalho, 2005). É importante também assinalar que o processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro foi um dos importantes fatores da migração campo-cidade.

De acordo com Queiroz (2013: 78), a desvinculação do trabalhador das terras de usinas alcançou seu ápice mais dramático nos anos 90, quando mais de 40 mil casas foram destruídas, expulsando maciçamente trabalhadores para as cidades que gravitavam em torno desses empreendimentos sucroalcooleiros. Essa população se espalhou para outras regiões do país e também para Maceió, aumentando a concentração da ocupação informal urbana. Ademais, as mensurações disponíveis sobre informalidade – que excluem atividades ilícitas, agrícolas e de moradores de rua – mostram que entre 1997 e 2005 a participação das pessoas ocupadas no mercado informal cresceu 47% no estado de Alagoas, seis vezes mais que o crescimento médio brasileiro (8%) no período. Em 2009, do total da população economicamente ativa nas cidades de Alagoas, 40%²⁰ ocupavam posições em mercados informais. Podemos razoavelmente suspeitar que por meio dessa rede de mercados de bens e serviços informais houvesse um terreno fértil para uma miríade de atividades ilícitas urbanas que costumam se servir para fazer girar e ampliar capitais acumulados.

Um dos aspectos mais importantes para a compreensão dos padrões sociais de canalização das agressividades nas dinâmicas dos mercados informais em Maceió é que os grandes magotes de grupos migrantes são oriundos de regiões humanas formadas sob uma baixíssima concentração do uso da força física pelo Estado, poder distribuído entre líderes econômicos e políticos locais em unidades citadinas e rurais que gravitavam em torno de empreendimentos agroindustriais (Corrêa, 1992), que detinham forças militares e educacionais próprias, concentradoras das direções das afeições e fidelidades das pessoas sob seus domínios. Em Maceió, diferentemente, e especialmente a partir dos nos 70, os migrantes viram-se sujeitos aos poderes de arcos de alianças entre políticos profissionais formados nas tradições de poder do coronelismo, mas urbanizados, e membros da corporação policial, formando lógicas específicas de mercados ilícitos de bens políticos, tal como Misse tem tipificado o seu funcionamento, e

20 O que exclui a contagem da população que trabalhava em atividades agrícolas, que perfazia, em 2009, 42% de toda a população economicamente ativa do estado de Alagoas.

em Alagoas tendo conhecido um crescimento relativo da concentração do poder armado sob a forma do que ficou conhecido como “sindicato do crime” e de grupos de extermínio (Majella, 2006: 21-23).

Uma perspectiva que parece promissora de perseguir é a ideia de que parece ter aumentado a concentração relativa do uso da força por parte de líderes locais, seja de setores policiais seja banditistas, sem que tivesse havido um monopólio de seu uso por qualquer grupo social em particular. Muitos loteamentos informais e ilegais foram dependentes do gradiente de acesso ao poder das armas de fogo e de organização interpessoal para seu uso por determinados indivíduos e grupos sob essa figuração, assumindo a forma de lutas para regulamentar a distribuição mercantil da terra urbana e da criação de empreendimentos que prestam serviços para populações dessas invasões que, por sua vez, vendiam serviços “baratos” nos mercados de trabalho direcionados para grupos humanos melhor reputados socialmente na cidade quanto à ocupação e à moradia. Uma das principais fontes de oferta de poder armado utilizadas para auxiliar empreendimentos e pressionar a organização dos mercados de bens e serviços em bairros populares, em Maceió, foram os membros das polícias que moravam e tinham vínculos de diferentes tipos com habitantes dessas “periferias”. Setores de policiais formaram redes de alianças específicas dentro da corporação para trocar seu poder honorífico-militar armado²¹ por diferentes mercadorias e por participação em atividades econômicas nessas periferias, dependentes, por sua vez, de alianças limitadas por funções de vassalagem política e de vizinhança, o que significa dizer, nesse contexto, de camaradagem e de favores mútuos entre membros de baixa patente da polícia e pequenos e médios empreendedores nos bairros populares. Essa figuração parece ter tido vigência antes da recente chegada das facções, especialmente nos anos 2000.

Finalizando: o que significa estado e mercado no curso de formação de lógicas mercantis em periferias?

Na raiz de vários empreendimentos em zonas urbanas de baixa reputação social estão redes de interdependências entre negociantes e policiais lastreadas em equilíbrios emocionais altamente instáveis quanto à disponibilidade de símbolos de integração entre humanos que suportem as elevadas tensões decorrentes de conflitos de interesses econômicos e “militares” envolvendo a aplicação ou não da lei. O uso da força armada torna-se uma mercadoria ilícita,

21 Que a partir de Michel Misse, sob outro ponto de vista, poderíamos denominar mercadorias políticas.

cuja mensuração de seu valor fica enovelada ao acervo de imagens-de-grupo socialmente disponíveis tanto por vínculos de fidelidade familiares e de vassalagens vicinais, de um lado, quanto por fidelidades à corporação militar, por outro, com diferentes gradientes de padronização de símbolos e práticas de resolução de conflitos e de integração de indivíduos enovelados a tais funções sob um mesmo código social de moralidade e de obtenção de boa reputação social diante do que socialmente podem ser definidos como “entre os seus”. Assim, as condições de formação de empreendimentos capitalistas nas periferias estão muito constrangidas pela necessidade de compra de um serviço de proteção, enovelada a camadas frágeis de símbolos de justiça e de identificação coletiva que integrem os diversos grupos humanos de baixa renda, e cada vez mais monetariamente orientados, para além de redes familiares e das vassalagens de vizinhança, em oposição ao senso de comprometimento de policiais com parceiros da corporação militar, submetidos a vínculos afetivos formados na Academia de Polícia e de onde têm inculcado padrões mais sólidos de hierarquia e de posicionamento no *ranking* de valor humano.

Em outros termos, a importância da polícia como corporação com interesses próprios, relativamente desvinculada da subordinação a interesses de chefes políticos e de grandes proprietários, detentora da legitimidade de vigilância, julgamento e punição, com base em sua própria autoridade, cresceu na mesma medida em que aumentou seu desempenho no exercício de funções de justiça em territórios onde moram populações abrigadas sob grossas camadas simbólicas de redução de suas reputações sociais. De maneira complementar e conflituosa, ampliaram-se as atividades e funções econômicas de caráter mercantil-capitalista exercidas por indivíduos desses territórios. As regulamentações de conflitos decorrentes dessas interdependências funcionais são ainda atreladas a padrões sociais de justiça disponível, ancorados no uso da arma de fogo e no comprometimento moral herdado de figuras anteriores nas quais o poder bélico é um recurso social de concentração de recursos econômicos e de prestígio frente aos desvalidos militarmente, estrutura social de dependências entre indivíduos nomeada de coronelismo na sociologia política de sociedades do interior do Brasil e dos municípios brasileiros, que forneceram o grande magote de migrantes no grande movimento de urbanização de cidades Nordestinas, especialmente Maceió.

É relevante notar, relembando a conceituação de Leal (2012: 45-46), que um dos aspectos que compuseram e compõem o coronelismo em muitos municípios brasileiros é o exercício pelo coronel tanto de funções de árbitro e de juiz sobre as pessoas que são dele dependentes, dirimindo, com elevados graus de

legitimidade, conflitos amorosos, econômicos e de honra quanto de funções de polícia, incluindo perseguição, vigilância e punição direta ou indireta, por meio de capangas, muitos deles membros da polícia estadual. Ainda no que tange à significação do coronelismo para a formação de tradições de resolução de conflitos no mundo econômico, é fundamental lembrarmos que um dos critérios práticos mais relevantes para que indivíduos ocupassem a posição de comandante-em-chefe da guarda nacional nas unidades federativas brasileiras, origem social da figura do coronel, foi o exercício concomitante das posições econômica e militar por uma mesma pessoa ou grupo de pessoas aliadas por parentesco de sangue ou de compadrio, especialmente pelo proprietário de terras, mas também pelo comerciante e mesmo pelo “doutor”. As funções de investigação, de perseguição, de punição das polícias e milícias estavam subordinadas a esses tipos de pessoas e não por uma classe estatal de magistrados diferenciada que, assim como os padres, retiravam parcela de sua autoridade, na municipalidade, do coronel (Narber, 2003). A significação sociológica do coronelismo para uma compreensão das dinâmicas mercantis nas periferias urbanas de cidades brasileiras está em que as forças militares nas raízes das polícias estaduais que vigiavam, perseguiram e puniam populações nas regiões urbanas de baixa reputação social, mantiveram-se, até os anos 40, altamente subordinadas aos interesses de grupos dominantes que mantinham elevadas concentrações de recursos econômicos, políticos e militares, contribuindo para a reprodução do coronelismo na corporação policial e, assim, levando tal lógica de poder para bairros populares de cidades, criando elevadas restrições para a formação de algo parecido com o que Habermas (2003) denominou, com base na experiência de sociedades europeias, de esfera pública burguesa ou o que Polany (2012: 69-70) chama de paz dos mercados, implementada pelo mercantilismo inglês, ou seja, estatal-nacional, centralizado, rompendo as lógicas dos comércios municipais não-competitivos. Tais forças policiais brasileiras formaram tradições de práticas que incluem a utilização do poder armado pelos membros da corporação como forma de participação nos mercados monetarizados em territórios urbanos depreciativamente valorizados quanto à reputação da moradia, e subordinados a regimes de negociação do desvio no que tange à aplicação por leis nacionais, estaduais ou municipais por funcionários do estado, negociando em nome próprio. A grande diferença entre as milícias do coronel e as milícias de comandantes das polícias militares está no valor da representação do Estado como uma força impessoal, mas está ancorada no gradiente de subordinação dos soldados de baixa patente a membros hierarquicamente superiores da corporação ou a

chefes políticos e econômicos de fora da corporação, ainda que com relações estreitas com membros desta.

Referências:

- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. *Tempo Social*. v. 25, n. 1, pp. 61-82, 2013.
- BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2010.
- _____. *Proibido roubar na quebrada: território hierarquia e lei no PCC*. São Paulo, Terceiro nome, 2018.
- CARVALHO, Cícero Péricles. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió, EDUFAL, 2008.
- COSTA, Rodrigo José da. O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964). Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. *Terra livre — AGB*, São Paulo, n. 10, janeiro-julho, pp. 93-116, 1992.
- DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 2, n. 4, pp. 83-106, 2017.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. *Teoria simbólica*. Oeiras, Celta editora, 2002.
- _____. Conceitos sociológicos fundamentais. In: ELIAS, Norbert; NEIBURG, Federico; WAIZBORT, Leopoldo (Orgs.). *Escritos & Ensaios*. v. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas – Revista de estudos de conflito e controle social*, v. 1, n. 1, pp. 93-148, 2008.
- _____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*. v. 23, n. 58, 2010a.
- _____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia*, pp. 565-610, 2010b.
- _____. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.
- HERNANDÉZ, Efrén Sandoval. Infraestructuras transfronterizas: un concepto para su análisis. *Trayectorias*. v. X, n. 26, Enero-Junio, pp. 41-52, 2008.

- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
- HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade de São Paulo, 2010.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- LIMA, Roberto Kant de. Polícia e exclusão na cultura judiciária. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. S. Paulo, v. 9, n. 1, pp. 169-183, maio de 1997.
- _____. Administração de Conflitos, Espaço público e cidadania uma perspectiva comparada. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. v. 1, n. 2, 2001, pp. 11-16.
- LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA Odilza Lines de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*. v. 25, n. 1, 2013, pp. 37-59.
- LYRA, Diogo. Conflitos de lealdade e princípios de coesão social entre jovens traficantes do Rio de Janeiro: algumas considerações. In: _____. *Sobre periferias: novas conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lamparina; FAPERJ, pp. 49-67, 2013.
- MACHADO da SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e estado*. v. 19, n. 1, pp. 53-84, 2004.
- _____. A experiência das UPP's: uma tomada de posição. *Dilemas*. v. 8, n. 1, jan/fev/mar, pp. 7- 24, 2015.
- MAJELLA, Geraldo de. *Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas (1975-1998)*. Maceió, Edufal, 2006.
- MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo, Terceiro nome, 2014.
- MARQUES, Adalton. Quando outras “cenas” entram em ação: considerações demoradores sobre transformações em periferias de São Paulo. *Anuário Antropológico [Online]*, I 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aa/1802>>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e educação*. v. 1, n. 2, pp. 93-116, 1997.
- _____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*. v. 21, n. 61, pp. 139-157, 2007.
- _____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. v. 8, n. 3, 2008.
- _____. Trocas ilícitas e mercadorias políticas. *Anuário Antropológico*. v. 2, pp. 89-107, 2009.

- _____. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico*. n. II, pp. 89-107, 2010.
- _____. Sujeição criminal. Em: RATTON, José Luiz, LIMA, Renato Sérgio de, AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.) *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Henrique. A (Des) organização do tráfico em Salvador e o aumento da violência. *Revista Gambiarra*, 8 out. 2016. Disponível em: <<http://revistagambiarra.com.br/site/a-desorganizacao-do-traffic-em-salvador-e-o-aumento-da-violencia/>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- PACÍFICO, Andréa Maria Calazans Pacheco. *Drogas, violência e criminalidade em Alagoas: motivações*. Maceió, ADESG/AL, 1995.
- PITA, María Victoria. Poder de polícia e administração de grupos sociais: o caso de vendedores ambulantes senegaleses na cidade autônoma de Buenos Aires. In: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (Orgs.). *Ilegalismo, cidade e política*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço/Programa de Pós-Graduação em Sociologia – USP, 2012.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- PREFEITURA Municipal de Maceió. Secretaria Municipal de Educação Comitê Gestor do PME. *Plano Municipal de Educação de Maceió*, 2012. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/admin/documento/2015/06/PMEMACEIO.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- QUEIROZ, Allan Souza. Entre a formalização e a precarização: o trabalho e o emprego dos cortadores de cana de Alagoas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, 2013.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, Edusp, 2008.
- SANTOS, Nilda de Lima. A Violência Dispersa: a implosão do homicídio comum no miúdo das relações interpessoais em Alagoas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Política/UFPE, 2003.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.
- SINHORETTO, Jaqueline. Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades da justiça. *Anuário Antropológico*. v. 2009, pp. 109-123, 2010.
- SOUSA, Rosinaldo Silva de. O problema das segmentações nas redes informais e ilícitas: a heterogeneidade dos padrões de ações sociais justifica a separação conceitual dessas redes? *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 01 a 04 de junho, 2008. Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2004/rosinaldo%20silva%20de%20sousa.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2010.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. v. 22, n. 2, p. 4040, 2010.

VASCONCELOS, Ruth. Nascimento, vida e ‘morte’ do conselho estadual de justiça e segurança pública de Alagoas. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). *Participação, democracia e segurança pública: a experiência brasileira*. João Pessoa, Editora UFPB, 2008.
_____. *O poder e a cultura de violência em Alagoas*. Maceió, Edufal, 2014.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Revista Dados*, v. 55, n. 2, 2012.

Recebido em 28/05/2017

Aprovado em 30/05/2019

Como citar este artigo:

RODRIGUES, Fernando de Jesus. Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em “periferias” de Maceió, AL. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 1, jan.- jun. 2019, pp. 199-227.